



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA

COMARCA DE BOA VISTA

1ª VARA CÍVEL - PROJUDI

Centro Cívico - Fórum Adv. Sobral Pinto, 666 - Térreo - Centro - Boa

Vista/RR - CEP: 69.301-380 - Fone: (95) 3198-4734 - E-mail:

1civelresidual@tjrr.jus.br

Proc. n.º 0810628-08.2019.8.23.0010

SENTENÇA

Dawid Gentil de Matos, devidamente qualificado na inicial, interpõe a presente demanda judicial pretendendo, em síntese o recebimento de indenização securitária.

Narra que foi vítima de acidente automobilístico que lhe resultou na debilidade descrita na inicial (debilidade permanente em membro inferior direito) e que a Seguradora recusou o pagamento administrativo da quantia que lhe seria devida (R\$ 13.500,00 – treze mil e quinhentos reais).

Desta forma, requer a condenação da parte ré ao pagamento do valor da indenização securitária.

Juntou documentos.

Reconhecida a necessidade de assistência judiciária gratuita (EP.06).

Citada, a parte ré apresentou contestação (EP. 11), arguindo falta de registro policial atestando a existência do acidente; a ausência de laudo do IML quantificando a lesão; a ausência de cobertura em razão da mora no pagamento do seguro; da incidência dos juros de mora a partir da citação; e discorreu sobre os honorários advocatícios.

Deferida a produção de prova pericial (EP. 25).

Laudo pericial juntado aos autos (EP. 48).

Manifestações das partes quanto ao laudo pericial (EP. 54 e 55), ocasião em que a requerida alega a ausência de cobertura por inadimplência do autor.

É o relatório. Decido.

Primeiramente, tendo em vista o laudo pericial produzido e o cerne da questão de mérito, não há necessidade de dilação probatória, razão pela qual julgo o feito

antecipadamente (art. 355, I, CPC).

O laudo do IML, conforme já decidido reiteradamente por este Juízo, não é documento essencial, uma vez que há meios diversos de fazer prova da lesão/debilidade permanente alegada.

O seguro DPVAT, é o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, ou por sua carga, as pessoas transportadas ou não, criado pela Lei nº 6.194/74, alterada pelas Leis nºs. 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, tendo por objetivo a reparação por eventual dano pessoal, independente de juízo de valor acerca da existência de culpa.

Presente a cobertura sempre que, em território nacional, vítima de acidente com veículo terrestre a motor, ou a respectiva carga, causando, necessária e diretamente a morte ou invalidez permanente de uma pessoa ou, ainda, a realização de despesa financeira para obtenção de assistência médica ou suplementar.

Vê-se, pois, que o art. 5º, da Lei n. 6.194/74 ao dispor que “*O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente (...)*”, de fato traz a possibilidade da apresentação de singela prova para se auferir o prêmio, o que não significa dizer que a singeleza da prova não signifique a inexistência ou incerteza da prova.

O contexto normativo (interpretação sistemática) impõe que a expressão “simples prova do acidente e do dano decorrente” seja compreendida como afastamento da perquirição da culpa, como ocorre na ordinária verificação da responsabilidade civil. Pela lei de regência de tão importante instituto, não se afere a culpa do causador do acidente, mas sim a existência do dano em decorrência de acidente. É dizer, em síntese, e já sendo repetitivo, que a lei impõe a comprovação, ainda que facilitada (e não inexistente ou presumida) do acidente, do dano e do nexo causal entre os dois primeiros. E especificamente no que atine ao nexo causal, há função de pressuposto para o pagamento e de delimitação do alcance ocorrido apenas quando do acidente de trânsito.

O documento público, com presunção de veracidade, por disposição legal, expressa a declaração de fatos que ocorreram na presença da autoridade pública.

O autor comprovou a existência do acidente, nos termos narrados na inicial. O relatório de atendimento emitido pelo SAMU e o prontuário médico corroboram a existência do acidente.

Quanto à inadimplência do autor, já é pacificado o entendimento de que a falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.



Dessa forma, em que pese a obrigatoriedade do pagamento do seguro DPVAT, a sua inadimplência gera apenas situação de irregularidade administrativa do veículo, impedindo a emissão do certificado de registro e licenciamento, mas não o recebimento da indenização correspondente pela vítima de acidente envolvendo veículos automotores.

A legislação que regula a matéria exige apenas a prova da ocorrência do sinistro e dos danos dele decorrentes.

Quanto à existência de lesão incapacitante permanente, a fixação do montante da indenização se dá nos moldes da Súmula n. 474 do STJ, *in verbis*:

“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez”.

Desta forma, em caso de invalidez permanente parcial incompleta, deverá ser efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista na tabela anexa à Lei n.º 6.194/74.

O resultado da perícia médica no evento 48, informa que o autor possui debilidade parcial incompleta intensa em região abdominal e debilidade parcial incompleta residual no membro superior direito.

Os argumentos trazidos pela requerida em evento 55 não são suficientes a infirmar as conclusões do *expert*. O Boletim Cirúrgico de evento 1.6 confirma a cirurgia abdominal ao qual foi submetido o autor, bem como abertura do cólon signóide (tipo explosão), com conteúdo fecal em cavidade abdominal. Ademais, no momento da perícia, é apresentado ao perito o prontuário médico completo do autor. Neste ponto, ressalto que, embora devidamente intimada a parte autora, o ato pericial não foi acompanhado por assistente técnico indicado pela Seguradora.

Passamos, então, a incindir as disposições contidas na Lei 6.194/74, com as modificações trazidas pela Lei 11.482/2007, em casos de invalidez permanente, será de até R\$ 13.500,00.

Em tal situação, o art. 3º, § 1º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, com suas posteriores alterações, estabelece que, em primeiro lugar, deve ser feito o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I do mesmo parágrafo.

No caso, o percentual de perda que se chega em razão da primeira lesão apontada nos autos é de 100%, o que equivale a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme tabela DPVAT. Em seguida, conforme art. 3º, § 1º, inciso II, da Lei nº 6.194/74,



reduz o valor da lesão em 75% (Intensa), em razão da graduação a que se chegou na perícia realizada, perfazendo, assim, o valor de R\$ 10.125,00 (dez mil cento e vinte e cinco reais).

Quanto à segunda lesão, o percentual de perda que se chega nos autos é de 75%, o que equivale a R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), conforme tabela DPVAT. Em seguida, conforme art. 3º, § 1º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, reduz o valor da lesão em 10% (residual), em razão da graduação a que se chegou na perícia realizada, perfazendo, assim, o valor de R\$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais).

Desta forma, comprovada a existência do nexo de causalidade, entre o fato acidente e a lesão sofrida, bem como de que o autor não recebeu por meio administrativo, impõe-se o deferimento em parte do pedido formulado na inicial.

Acolho, pois, o pedido formulado na inicial, para condenar a parte requerida Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A., ao pagamento no valor de R\$ 11.070,00 (onze mil e setenta reais), corrigidos monetariamente pela Tabela do TJ/RR a partir da data do evento danoso e acrescidos de juros legais desde a citação.

Pela sucumbência, condeno a ré ao pagamento das despesas processuais, e honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor da condenação, a observar o elo profissional, o fato de serem os serviços profissionais prestados na comarca sede do escritório de advocacia, o grau de complexidade da causa (CPC, art. 85, § 2º).

Liberem-se eventuais valores depositados em Juízo a título de honorários periciais a(o) perita(o), caso ainda não efetivado.

Transitado em julgado, manifeste a parte autora em quinze dias fazendo juntar o cálculo que trata o art. 524 do Código de Processo Civil. No silêncio desta, anote-se a extinção e arquivem-se os autos já que exaurida a atividade jurisdicional cognitiva (CPC, art. 494).

Havendo custas a serem quitadas cujo credor seja o Estado, intimar parte que tiver de pagá-las, para proceder à quitação em 15 (quinze) dias.

Não havendo comprovação do pagamento das custas, expedir certidão judicial de existência de dívida, encaminhando-se à Seção de Arrecadação do Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Roraima (FUNDEJURR) para controle e registro em Cartório de Protesto, na forma do art. 13 e seguintes do Provimento CGJ 002/2017.

Intimem-se.

Cumpra-se.

Data, hora e assinatura registradas no sistema.^{su}

Bruno Fernando Alves Costa
Juiz de Direito

